

Vigilância Sanitária e Segurança Alimentar e Nutricional: desafios no cenário brasileiro

EDITORES

Maria Angélica Tavares de Medeiros^I

Diogo Thimoteo da Cunha^{II}

Silvana do Couto Jacob^{III}

Neste número temático, intitulado *Vigilância Sanitária e a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Impasses, Desafios e Perspectivas*, é apresentada ao leitor uma seleção de trabalhos científicos que transitam na interface entre a questão alimentar e nutricional e a vigilância sanitária, na perspectiva da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e das políticas nacionais de promoção da saúde. Trata-se de assunto candente, que instiga governos, movimentos sociais e pesquisadores atuantes no campo da saúde coletiva brasileiro, entrelaçando saberes e práticas.

Para realizar este projeto, uma chamada pública foi aberta e a Revista *Visa em Debate* recebeu mais de 100 manuscritos durante o período. Foi difícil, portanto, chegar ao conteúdo final, tendo em vista o expressivo número de contribuições, que qualificaram esse processo e aumentaram a responsabilidade da equipe editorial envolvida. Desse modo, o propósito de construção deste temático, de caráter plural, contemplando abordagens quanti e qualitativas e, sobretudo, garantindo a diversidade regional dos textos eleitos, foi abrir as portas para esta discussão emergente no campo da nutrição e da saúde coletiva.

A comida de rua abre o conjunto de artigos, com atenção especial às contendas da regulação. Com o desenvolvimento socioeconômico brasileiro se observa aumento no consumo de refeições fora do lar. O comércio ambulante de alimentos integra este universo, guardando especificidades culturais de cada região, a serem preservadas, e impactando diretamente sobre a saúde urbana. Tal é o caso do açaí, alimento fundamental na Região Norte do Brasil, cujo consumo tem sido relacionado à transmissão oral da doença de Chagas aguda. Da Região Nordeste sobressai o estudo de caso em um grande centro urbano, Salvador, Ba, no qual se chama atenção para a relevância socioeconômica e cultural da comida de rua, demandando gestão intersetorial e solidária da vigilância. Identificam-se limites da atuação de vigilância sanitária restrita à ação fiscalizatória, sem considerar as peculiaridades sociais, econômicas e culturais desse fenômeno.

A problemática dos patógenos veiculados por alimentos, a partir do processo de globalização econômica, é outro tema abordado cujas origens são de difícil identificação, obstaculizando o estabelecimento de medidas regulatórias. Apesar do avanço das tecnologias, os surtos envolvendo alimentos não têm diminuído, indicando a necessidade de novas abordagens de investigação e atuação. No âmbito do desenvolvimento tecnológico mundial, a produção de organismos geneticamente modificados (OGM) é tema de revisão bibliográfica sobre o aparato regulatório da biossegurança nacional, em comparação ao de outros países, concluindo-se sobre a necessidade de rever e aprimorar o mesmo, em nome da proteção à saúde humana e animal e ao ambiente.

A produção artesanal é objeto de alguns trabalhos; em um deles discute-se o impasse entre o processamento industrial e a necessidade de legitimar formas de conhecimento tradicionais na produção de alimentos, como é caso do queijo serrano, produzido no Sul do País. Ainda, os efeitos do processamento industrial *versus* processamento doméstico e os resíduos de defensivos agrícolas são tratados em estudo de revisão, no qual se ressalta a necessidade de garantir a segurança dos alimentos.

^I Universidade Federal de São Paulo *Campus* Baixada Santista, Instituto de Saúde e Sociedade, Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva

^{II} Universidade Federal de São Paulo *Campus* Baixada Santista, Instituto de Saúde e Sociedade

^{III} Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, Departamento de Química



A vigilância alimentar e nutricional abriga outra leva de contribuições, incluindo uma pesquisa qualitativa, na qual se propôs uma escala para medir atitudes dos clientes em relação aos riscos do consumo de refeições em restaurantes *self service*; e um estudo de monitoramento de fatores anti-nutricionais na ingestão de minerais, apontando a premência de regulação regional em nome da qualidade nutricional das refeições.

Os embates da regulação da rotulagem de alimentos compõem outro tema crucial aqui presente. Em um dos trabalhos analisaram-se medidas caseiras dos rótulos dos alimentos processados comercializados no Brasil e a não padronização nos tamanhos das porções foi verificada, comprometendo a utilização dessas informações pelos consumidores. Já em estudo em que se buscou compreender o processo comunicativo na vigilância sanitária, sob a ótica do direito à informação sobre rotulagem de alimentos, identificaram-se falhas na aplicação da legislação pelo setor industrial, assim como forte apelo publicitário ao consumo, além de óbices na ação fiscalizatória.

No terreno da agricultura familiar e da vigilância sanitária, o leitor é brindado com reflexões de distintos referenciais. Em um dos trabalhos, realizado no Centro-Oeste brasileiro, implantou-se um programa de Boas Práticas Agrícolas e Boas Práticas de Fabricação, em atendimento às exigências sanitárias na comercialização de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em outro artigo, determinaram-se parâmetros higiênico-sanitários adotados por municípios do estado de São Paulo na compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE, e diversos desafios à estruturação da regulação sanitária foram constatados. Ainda no tocante à alimentação escolar, ações de educação alimentar e nutricional foram realizadas em oficinas para a construção de horta em escola municipal na Região Sudeste, como ferramenta de promoção da alimentação saudável entre estudantes e funcionários do local.

Em fechamento à questão da agricultura familiar, abordou-se o Programa de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária, com destaque para a RDC 49/2013 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em convergência com os referenciais da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na promoção da alimentação adequada e saudável. Discutiram-se as conexões entre regulação sanitária, consumo alimentar e desenvolvimento social e econômico, frisando a relevância do diálogo entre governos e entidades organizadas da sociedade civil, em defesa da agricultura familiar.

Os conflitos de interesses entre governos e setores privados, quanto às políticas intersetoriais de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), foram abordados no artigo que encerra este número temático e que, por outro lado, abre uma seara de disputas concernentes a essa questão. Os autores mostraram que a presença de interesses comerciais nos processos decisórios fere os princípios das políticas voltadas à redução das DCNT, além de comprometer as estratégias de regulação.

Frente à realidade brasileira, que carrega vasta diversidade cultural e regional, ao lado de intensas contradições e desigualdades socioeconômicas, a construção de convergências entre a questão alimentar e nutricional e as demandas de regulação sanitária é o grande desafio a ser enfrentado e este é o ponto de conexão deste temático. O debate sobre as políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional e de vigilância, aqui exposto, evidencia que se faz necessário ampliar o espectro da vigilância sanitária, para responder ao interesse público de promoção da saúde e da alimentação saudável. Espera-se, assim, que esta publicação fomente novas investidas e subsidie o avanço de reflexões e de ações integradas na área.